

ANO 6 - NÚMERO 72 - OUTUBRO 2020

xapuri

SOCIOAMBIENTAL

R\$15

QUEIMADAS E COVID-19 CERCAM ÍNDIOS ISOLADOS

p. 08

AMAZÔNIA

De dentro, pra fora

p. 16

ECOLOGIA

Cerrado: um banco
do fim dos tempos

p. 28

SUSTENTABILIDADE

Ecologia em fragmentos:
as partes do todo

p. 46



DIGA

NÃO

À

MP

995

**PRECISAMOS MANTER A
CAIXA 100% PÚBLICA**
CAIXA PÚBLICA

**DIGA NÃO À
PRIVATIZAÇÃO**
PRIVATIZAÇÃO

**#ACAIXAÉTODASUA
#MEXEUCOMACAIXAMEXEUCOMOBRSI**

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR
PARA O QR CODE E VEJA COMO A MP
995 PODE FATIAR E ACABAR COM O
MAIOR BANCO PÚBLICO DO BRASIL



COMITÊ NACIONAL
EM DEFESA DA CAIXA

“ **No meu peito e seu
Bate um sonho igual** ”
Enoque Oliveira

COLABORADORES/AS - OUTUBRO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. **Ana Catarina Quadrante** – Geriatra. **Enoque Oliveira** – Poeta.
Emir Sader – Sociólogo. **Emir Bocchino** – Designer Gráfico. **Iêda Leal** – Professora. **Iêda Vilas-Boas**
– Escritora. **Jaime Sautchuk** – Jornalista. **Janaina Faustino** – Gestora Ambiental. **José Ribamar**
Bessa Freire – Escritor. **Leonardo Boff** – Ecoteólogo. **Lúcia Resende** – Professora. **Lúcio Flávio Pinto** –
Jornalista. **Nanda Barreto** – Jornalista. **Reinaldo Filho Vilas Bôas Bueno** – Escritor. **Thiago de Mello**
– Poeta. **Tiago Miotto** – Jornalista. **Vanilson Alves dos Reis** – Poeta. **Zezé Weiss** – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

Jaime Sautchuk – Jornalista. **Zezé Weiss** – Jornalista. **Agamenon Torres Viana** – Sindicalista.
Ailton Krenak – Escritor. **Altair Sales Barbosa** – Arqueólogo. **Ana Paula Sabino** – Jornalista. **Andrea**
Matos – Sindicalista. **Ângela Mendes** – Ambientalista. **Antenor Pinheiro** – Jornalista. **Cleiton Silva**
– Sindicalista. **Elson Martins** – Jornalista. **Emir Sader** – Sociólogo. **Fernando Neto** – Advogado.
Gomercindo Rodrigues – Advogado. **Graça Fleury** – Socióloga. **Jacy Afonso** – Sindicalista. **Jair**
Pedro Ferreira – Sindicalista. **Júlia Feitoza Dias** – Historiadora. **Kleitton Moraes** – Sindicalista. .
Iêda Leal – Educadora. **Iêda Vilas-Bôas** – Escritora. **Lucélia Santos** – Atriz. **Rosilene Corrêa Lima**
– Jornalista. **Trajano Jardim** – Jornalista.



EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 9 8135 6822. Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: 5.000 exemplares. Circulação: Revista Impressa - Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição - Revista Impressa: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.



Completamos, neste outubro de 2020, os seis anos ininterruptos da Revista Xapuri. São 72 edições mensais, lindamente produzidas com esmero e cuidado pra você. Essa tremenda realização só foi possível graças à contribuição generosa de centenas de voluntários e voluntárias. Gratidão!

Publicamos, em outubro de 2014, o nosso primeiro número, dedicado aos índios isolados e de recente contato. Agora, 72 meses depois, voltamos ao assunto. Infelizmente, essa mistura fatal de fogo e Covid-19 tornou ainda mais vulneráveis os povos originários que optaram por viver longe da sociedade nacional. Em matéria de Jaime Sautchuk, abordamos essa triste realidade desta nossa "Pátria Queimada: Brasil".

Nesta edição tratamos também de outros temas relevantes para a reflexão sobre a conjuntura socioambiental, neste momento em que a boiada vai passando e uma ministra de Estado tem o descalabro de chamar boi de bombeiro. São tempos de Resistência, e nisso estamos. Mas tem também, como em todas as edições, um tanto de leveza, com bonitas matérias sobre biodiversidade, gastronomia, sagrado feminino. Vale a pena conferir.

Boa Leitura!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk

Editores





Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info

*Parabéns pela matéria de capa da edição 71 da revista Xapuri.
Sempre bom ler sobre o Cerrado sob as lentes do professor Altair Sales Barbosa!*

Maria José Silva - Barra do Garças - MT.

*Em nome da Fundação Darcy Ribeiro e da campanha RAONI
Nobel da Paz 2020, agradeço o carinho e o comprometimento com
que a equipe da Xapuri abraçou a campanha! Muito obrigado!*

Toni Lotar - Rio de Janeiro - RJ.

Parabéns, equipe Xapuri, pelas lives solidárias!

Jair Pedro Ferreira - Brasília - DF.



Revista Xapuri

Imagem do mês

@revistaxapuri

@fab_wildlife_photo

Marque suas melhores fotos do
Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

Xapuri 72

SOCIOAMBIENTAL

OUT 20

08 **CAPA**
Queimadas e Covid-19 cercam índios isolados

20 **CONJUNTURA**
O negacionismo do presidente do Brasil na ONU

15 **BIODIVERSIDADE**
A piranha

25 **MEMÓRIA**
Olimpio Gonçalves Mendes: ícone da Educação

16 **AMAZÔNIA**
Amazônia: de fora, pra fora

28 **ECOLOGIA**
Cerrado: um banco do fim dos tempos

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

30 **HISTÓRIA SOCIAL**
Wilsão, os índios e os estados gerais da cultura

33 **MITOS E LENDAS**
A lenda do Ubuntu

34 **GASTRONOMIA**
Musse de Maracujá

38 **MEIO AMBIENTE**
Ilha do Bananal: vidas originárias ameaçadas por um fogaréu sem fim

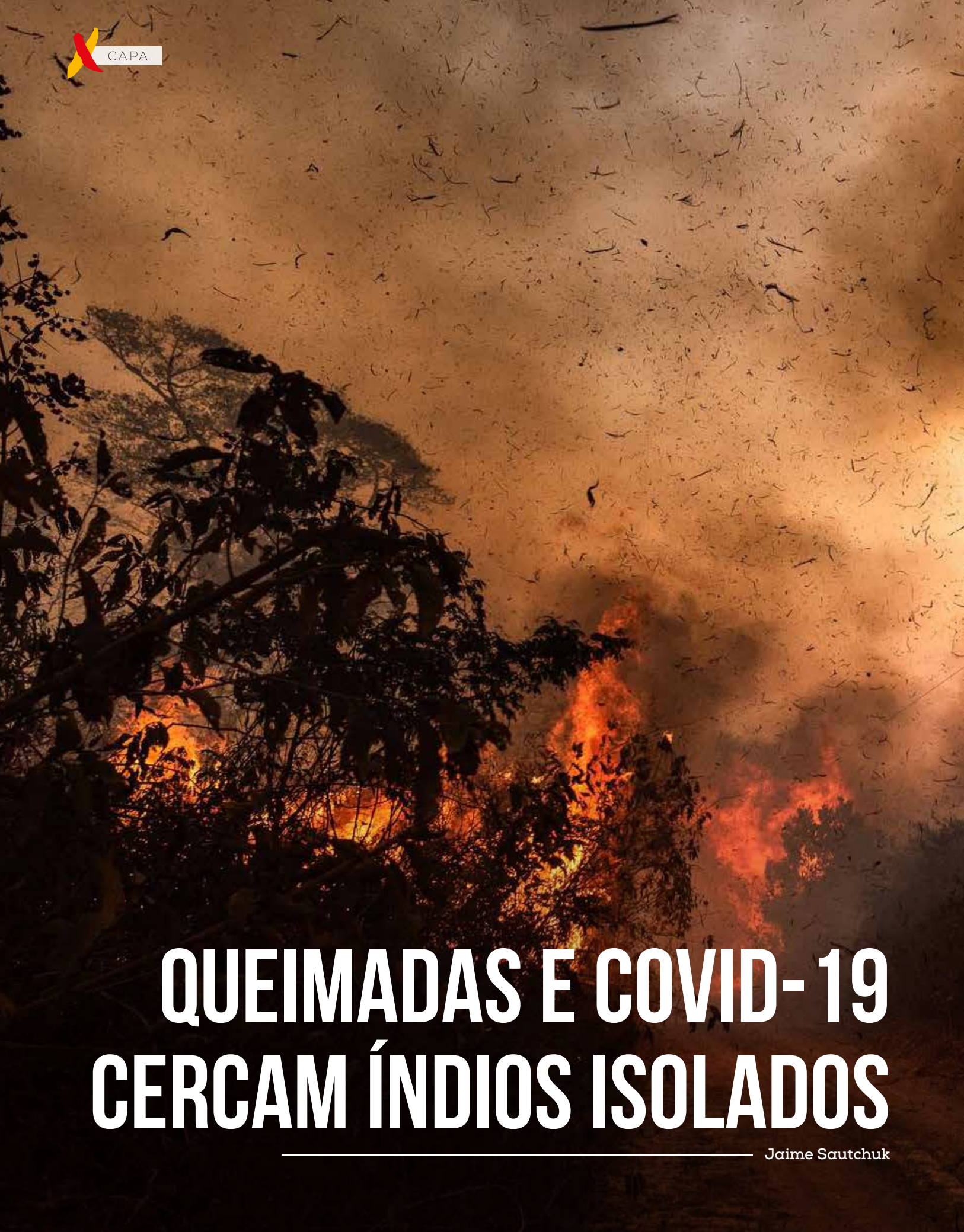
41 **LITERATURA**
Belo Monte

42 **SAÚDE**
A população idosa e o isolamento

44 **SAGRADO INDÍGENA**
O fim da paz entre os povos indígenas do Rio Negro

46 **SUSTENTABILIDADE**
Ecologia em fragmentos: as partes do todo

48 **UNIVERSO FEMININO**
Amaterasu: a deusa do Sol e do Universo



QUEIMADAS E COVID-19 CERCAM ÍNDIOS ISOLADOS

Jaime Sautchuk



Um grupo de índios isolados que vive na chamada Ilha do Bananal – na tríplice fronteira de Tocantins, Goiás e Mato Grosso – ficou ainda mais isolado numa área conhecida como Mata do Mamão, por causa de fogo espalhado na região. É o terceiro ano seguido que o fogo se alastra pelos campos nativos ali existentes.

Atualmente esses campos são ocupados por cerca de 100 mil cabeças de gado bovino, segundo dados da Agência de Defesa Agropecuária de Tocantins. O gado é de fazendeiros, que arrendam as áreas indígenas. No ano passado, o Ministério Público Federal (MPF) de Tocantins solicitou providências da Fundação Nacional do Índio (Funai) e de outros órgãos federais, que informaram terem aberto aceiros de proteção, mas, pelo visto, a providência não alcançou os objetivos desejados.

Do início de 2020 até o dia 23 de setembro passado, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou 1.255 focos de incêndio nas três terras indígenas da ilha. A Terra indígena Parque do Araguaia, a maior das três, registrou 1.003 pontos de fogo – o maior número de focos, repetindo o feito de 2019, quando ela foi a área indígena com maior quantidade de focos de queimadas no país inteiro. Os dados são do satélite utilizado como referência pelo Inpe, o Aqua-MT, de propriedade da Nasa.

É bem verdade que, se essas queimadas são de fato criminosas, como constataram agentes federais de fiscalização ambiental, os aceiros não têm função nenhuma. O fogo é ateado após esses recortes de alguns metros, de modo que as chamas se espalham rapidamente pelo capim ressecado pela prolongada falta de chuvas e ganham volume em partes mais fechadas do Cerrado, como é o caso da Mata do Mamão. A ilha tem uma área de cerca de 25 mil quilômetros quadrados.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a riqueza ambiental da Ilha do Bananal se deve ao fato de a região estar em uma faixa de transição entre a Amazônia e o Cerrado, abrigando uma zona de entrecruzamento natural desses dois biomas. Sua fauna apresenta uma enorme quantidade de espécies, incluindo mais de 600 tipos de aves, muitas das quais aparecem na região apenas nos períodos de reprodução.

PROTESTOS

No dia 24 de setembro, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou nota questionando a posição do governo federal sobre as queimadas, exposta na Assembleia Geral das Nações Unidas dois dias antes. Diz um trecho da nota:

"Longe do retrato delirante pintado pelo presidente da República, contudo, as restrições orçamentárias, o desmonte dos órgãos de fiscalização e a retórica antiambiental do governo contribuem para que 2020 repita, com ainda mais gravidade, a temporada de incêndios que marcou 2019. Seis dias antes de encerrar, setembro de 2020 já registra uma quantidade de incêndios 42% maior na Amazônia, em comparação ao mês inteiro do ano passado, segundo os dados do Inpe."

Nas regiões Centro-Oeste e Norte - Cerrado, Pantanal Mato-grossense e Amazônia - dezenas de focos de incêndio atingem territórios indígenas, ameaçando comunidades isoladas de diversas etnias, em diferentes partes do país. No Maranhão, segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão da CNBB, as terras indígenas Alto Turiaçu, Krikati, Arariboia, Governador, Pindaré e Cana Brava vêm sendo afetadas por centenas de focos de incêndios.

O modelo agropecuário predatório, devastador, em vigor no Brasil é responsabilizado pelo fogo por entidades técnicas e científicas daqui e do mundo inteiro. Os incêndios são provocados com vários

objetivos. O primeiro deles é mesmo a limpeza de áreas, uma ação que facilmente foge do controle, e o fogo se espalha. Mas, nas terras indígenas, a intenção é atingir os habitantes e tentar, com isso, a liberação de novas áreas.

Desde antes do descobrimento do Brasil, a Ilha do Bananal é habitada por indígenas. Atualmente, as aldeias da ilha são habitadas por vários grupos, especialmente das etnias Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro, que ocupam a Terra Indígena Parque do Araguaia, Terra Indígena Inãwébohona e a Terra Indígena Utaria Wyhyna. Somam, no total, cerca de três mil pessoas. O grupo isolado voluntariamente, ali, é supostamente da etnia Avá-Canoeiro, com um número reduzido de componentes.

MAIS ISOLADOS

A pouca quantidade de dados existentes sobre esses índios é, em verdade, parte de um modelo de procedimento adotado pela Funai, que se baseia na liberdade dos indígenas de viverem isolados, caso queiram. Cabe aos órgãos e entidades de proteção a esses povos facilitar e garantir esse isolamento, oferecendo apoio à distância, sem colocar pessoas dentro do grupo ou promover qualquer tipo de intervenção na vida daquelas comunidades.

Isto é o que informa o sertanista Sydney Possuelo, ex-presidente da Funai (de 1991 a 1993) e criador de um departamento de índios isolados e recente contato



Foto: Divulgação



Foto: Funai

naquele órgão. “Eu mudei o conceito e a maneira de tratar os isolados porque não precisa chegar e ir entrando nos locais onde eles vivem”, afirma ele, mas ressaltando que isso não significa abandono ou descaso com os grupos existentes no Brasil.

Possuelo afirma que as queimadas que atingem terras indígenas precisam ser controladas onde quer que estejam, mas chama atenção ao problema do Coronavírus, que pode chegar mais facilmente a grupos indígenas que têm maior contato com a sociedade envolvente. E lembra que “mais de 70% das terras indígenas ficaram de fora do plano do governo federal pra contenção da Covid-19”.

Os dados da Funai dão conta da existência de 28 grupos de indígenas isolados com registros confirmados no Brasil – boa parte no vale do rio Javari, no Amazonas, que é fronteira natural com o Peru. Outros 86 grupos estão em estudo pelo órgão, mas agora ninguém sabe o que irá acontecer, uma vez que o atual governo transferiu essa responsabilidade ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), vinculado ao Ministério da Agricultura.

Fica claro, portanto, que o atual governo vê a questão indígena como um problema fundiário, de modo que os índios, em verdade, seriam ocupantes de terras que poderiam estar sendo utilizadas por agropecuaristas, mineradores, madeireiros e outros tipos de exploradores das riquezas nacionais. Isso

explica as medidas adotadas pelo governo que tratam da ocupação da Amazônia, por exemplo.

VALE DO JAVARI

Vivendo em terra indígena de cerca de 8,5 milhões de hectares, os perto de 5.000 índios das etnias Kanamari, Kulina, Pano, Matis, Matsés, Korubo, Tsohom Djapá e Marubo, do Vale do Javari, sofrem com a falta de atendimento médico, no oeste do estado do Amazonas. Vários grupos que vivem na região estão divididos entre os territórios brasileiro e peruano, com quantidades bem variadas de pessoas. Os Kaxinawa, por exemplo, segundo estatísticas da Funai, são 5.500 no Brasil e 1.500 no Peru. Já os Ashaninka são 30 mil no Peru e apenas 800 no lado de cá da fronteira.

Além desses grupos, há mais de uma dezena de povos isolados na região. Mas todos têm enfrentado o despreparo e a desorganização dos órgãos federais responsáveis pela saúde indígena, a começar pela Funai. Ao longo dos anos, esses indígenas têm feito constantes denúncias dessa situação, mas agora eles consideram que se chegou a um limite de tolerância.

Espalhados por essa imensa área de florestas, rios e igarapés, os índios da região estão sujeitos a doenças levadas pelo contato forçado com populações não índias que chegam às aldeias. São garimpeiros,



Foto: Funai

pescadores, madeireiros e até mesmo os profissionais de saúde e outros agentes governamentais. Lá, o maior problema no momento não é de incêndios – embora também existam –, mas do Covid-19, que há meses tem atingido grupos indígenas.

Em junho passado, uma entidade que representa os indígenas que vivem na região do Vale do Javari fez um pedido de socorro às autoridades, depois que foram confirmados pelo menos sete casos entre indígenas. Entretanto, já na ocasião, os números do governo federal conflitavam com os da prefeitura de Atalaia do Norte (AM), que já falava em 12 casos confirmados entre indígenas na jurisdição municipal.

Além do mais, segundo os indígenas, faltam testes de comprovação da presença do vírus em todas as aldeias, meios de remoção rápida dos doentes, quarentena mais rígida entre os profissionais da saúde e uma barreira sanitária nas principais entradas da terra indígena, nos rios. Mais recentemente a cúpula da Funai determinou o encerramento imediato da expedição à Terra Indígena do Vale do Javari, encabeçada pelo Coordenador-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato do órgão, que já estava na região.

O cancelamento da expedição foi solicitado pelo Ministério Público Federal do Amazonas, mas respondia à denúncia de entidades e especialistas que atuam na região, que apontava a iniciativa da Funai como uma grave ameaça aos povos indígenas.

A previsão do grupo oficial era de entrar em contato inclusive com grupos isolados daquela região, sem os percalços recomendados.

Há evidências da gravidade da situação no Javari, e os índios e pessoas que colaboram com eles têm pedido socorro às autoridades federais, mas, quando essa ajuda chega, eles são obrigados a recusá-la, pelas condições objetivas que desautorizam os procedimentos. Há funcionários desses órgãos, inclusive membros da missão especial, que apoiam seu cancelamento, por também identificarem falhas na metodologia de trabalho, mas sem autoridade pra agir.

A União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) divulgou nota prevendo “um horizonte sombrio aos povos que habitam a Terra Indígena Vale do Javari, maior reserva de índios isolados do mundo, caso o governo federal não avance com medidas que garantam a proteção da comunidade contra o contágio por coronavírus”.

No documento, chamado de “Nota à sociedade sobre a frágil situação dos povos indígenas do Vale do Javari diante da pandemia do Covid-19”, eles criticam órgãos federais que deveriam representá-los. “Apesar de todas essas possibilidades de um horizonte sombrio para os povos indígenas do Vale do Javari, o que temos visto, na prática, são tomadas de providências tímidas por parte da Funai (Fundação Nacional do Índio), da Sesai

(Secretaria Especial de Saúde Indígena) e dos demais poderes públicos locais”, diz a nota, que cobra organização do governo federal.

Quando se referem a “poder público local”, eles estão, na prática, mencionando as prefeituras municipais de Atalaia do Norte e Guajará, em cujos limites está aquela reserva indígena. Mas há diversos outros municípios ao longo dos 1.180 quilômetros de extensão do rio Javari, até cair no alto rio Solimões, onde está a cidade de Benjamim Constant. De um modo geral, os gestores dessas localidades adotam políticas equivocadas, de cunho assistencialista, visão que é partilhada por grande parte das populações não indígenas.

O MPF lembra, ainda, que as restrições ao deslocamento às cidades podem gerar desabastecimento nas aldeias e prejuízos à segurança alimentar dos indígenas. Ressalta que a ida dos indígenas às cidades, em busca de serviços de assistência à saúde e segurança alimentar, pode levar ao crescimento exponencial dos casos e à sobrecarga do sistema de saúde local. Nesse sentido, o órgão considera indispensáveis as ações recomendadas no sentido de garantir o fornecimento de alimentação aos indígenas durante a pandemia de Covid-19.

A recomendação do MPF vai além, informando que, “segundo a própria Funai, os registros históricos demonstram que a decisão de isolamento desses povos pode ser o resultado dos encontros com efeitos negativos para suas sociedades, como infecções, doenças, epidemias e morte, atos de violência física,

espoliação de seus recursos naturais ou eventos que tornam vulneráveis seus territórios, ameaçando suas vidas, seus direitos e sua continuidade histórica como grupos culturalmente diferenciados”.

Em outras palavras, os indígenas isolados do Vale do Javari evitam ao máximo o contato com outras pessoas ou comunidades, mas, apesar das dimensões da área em que vivem – ir de uma aldeia a outra leva dias remando –, os encontros têm sido inevitáveis. Com isso, chegam as doenças, de modo que os povos da floresta precisam do atendimento de saúde que persegue essas enfermidades, criando um círculo vicioso, com as consequências relatadas pelo ministério público.

SERTANISTAS

Nos últimos anos, a Funai, que sempre deixou a desejar na sua atuação, tem piorado ainda mais, com o desmonte promovido pelo atual governo nos órgãos indígenas e ambientais. No entanto, apesar da quantidade de demissões e remoção de funcionários, ainda há sertanistas que, por empenho pessoal, conseguem algum resultado nos trabalhos de apoio às comunidades indígenas.

Recentemente, uma flechada no peito matou o indigenista Rieli Franciscato, um dos mais respeitados do país, na zona rural de Seringueiras, em Rondônia. Ele era coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Uru-Eu-Wau-Wau, da



Foto: Funai



Foto: divulgação/Heidelberg Primescan

Funai, e estava na região tentando evitar conflitos entre índios isolados e moradores. Segundo colegas e especialistas, a morte de Rieli pode deixar ainda mais vulneráveis os índios isolados que vivem na região amazônica.

Provavelmente o mais antigo dos sertanistas brasileiros, já na faixa dos 80 de idade, Sydney Possuelo diz que "quando o governo quer fazer, ele faz". Como exemplo, ele cita o caso da invasão do território yanomami (Roraima e Amazonas), há mais de duas décadas, quando houve grande mobilização de agentes federais pra colocar um fim no episódio. Foi criada uma sala de situação, em que as ações propostas foram analisadas e postas em prática.

"Nós retiramos 37 mil garimpeiros de terras yanomami, porque pedimos ajuda à Polícia Federal, à Força Aérea Brasileira, ao Exército, às polícias locais, e fomos lá e retiramos os invasores rapidamente", relembra o sertanista. Vale lembrar que, no momento, há novamente garimpeiros retirando pedras preciosas e ouro em território daqueles indígenas, mas as providências anunciadas pelo governo, até agora, não deram resultado.

Possuelo entrou nessa atividade muito jovem, na equipe dos irmãos Cláudio e Orlando Vilas Boas, que, por sua vez, começaram atuando com o marechal Cândido Rondon. O sertanista lembra que ainda hoje há, no Exército Brasileiro, uma corrente contrária ao pensamento de Rondon, cuja frase mais famosa é: "morrer, se preciso for; matar, nunca". Essa corrente, embora pequena numericamente, sente-se à vontade pra combater o militar que criou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão que mudou a postura oficial sobre a questão indígena no Brasil.

Descendente de indígenas, Rondon nasceu em Santo Antônio do Leverger, no Mato Grosso, em 1865, e se tornou desbravador dos sertões e comandou expedições que demarcaram as fronteiras Oeste e Norte do Brasil. Sua mãe, Claudina Freitas Evangelista, era descendente de indígenas Terena e Bororo. Cândido Mariano (pai) morreu de varíola, em 1864, antes de seu filho nascer; Claudina faleceu em 1867, quando o filho tinha dois anos de idade.



Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor



A PIRANHA

Thiago de Mello

Quem me sabe morando na floresta amazônica, a primeira coisa que me pergunta é se não tenho medo de piranha, se piranha não ataca a gente. Respondo, sem faltar com a verdade, que gosto muito de piranha na brasa e tanta vez já nadei em água de piranha.

Mas o caboclo está cansado de saber que, em tempo de piracema para a desova, ela não gosta de que a gente se intrometa no caminho dela e dá mordidas, de leve: mas uma só, na qual se esbarra nadando.

Principalmente sabe que o cheiro de sangue atrai as bichinhas: animal ferido corre não o

risco, mas a sina de ser devorado a dentadas por centenas de piranhas.

Daí a expressão *boi de piranha*: quando o rebanho vai atravessar o igarapé a nado, o dono sangra um boi, que é lançado na água antes de todos. As piranhas, endoidecidas pelo sangue, tomam conta do pobre, enquanto o resto do gado atravessa sem perigo.



Thiago de Mello -

Poeta maior da Amazônia e do Brasil, em *Amazonas - Águas, Pássaros, Seres e Milagres*. Editora Salamandra, 1998.



Fotos: divulgação

AMAZÔNIA: DE FORA, PRA FORA

Lúcio Flávio Pinto

“Oneocolonialismo de hoje representa o imperialismo no seu estágio final e talvez o mais perigoso. No passado, era possível converter uma nação à qual tivesse sido imposto um regime neocolonial – o Egito é um exemplo do século XIX. Hoje, esse processo não é mais viável. O colonialismo de velho estilo não está, de modo algum, abolido. Constitui ainda um problema africano, mas está em retirada por toda parte. Uma vez um território se tornando nominalmente independente, não é mais possível, como no século passado [o XIX], inverter o processo. As colônias existentes podem continuar por mais tempo, mas não serão criadas novas colônias. Em lugar do colonialismo, como principal instrumento do colonialismo, temos hoje o neocolonialismo.”

A essência do neocolonialismo é que o Estado a que ele está sujeito é, teoricamente, independente e tem todos os adornos exteriores da soberania internacional. Na realidade, seu sistema econômico e, portanto, seu sistema político, é dirigido do exterior”.

Com essas observações proféticas, Kwane N’Krumah abriu seu livro Neocolonialismo, último estágio do imperialismo, de 1965, dedicado “aos lutadores pela liberdade da África, vivos e mortos”. Com 56 anos, era presidente de Gana desde 1960, depois de três anos como seu primeiro-ministro. Além de político, era um intelectual respeitado, que se declarava católico. Criara o movimento pan-africano, que buscava a independência e a autonomia das antigas colônias



européias. Foi deposto por um golpe militar no ano seguinte ao lançamento do livro. A Inglaterra apoiou o golpe. N'Krumah morreu no exílio, em 1972.

O líder africano foi esquecido, seu último livro costuma não aparecer na bibliografia dele, quando citada. O neocolonialismo não foi a última etapa do imperialismo. O mecanismo de exploração permanece e até se intensificou, mas o mundo trocou a expressão por uma nomenclatura mais favorável: agora é império. À África e à Ásia do tempo do movimento pan-africano, que teve o egípcio Gamal Abdel Nasser como sua maior figura, juntou-se a Amazônia.

Na sua dimensão continental, partilhada por nove países, 60% da região no interior das fronteiras brasileiras, ela formaria o sexto maior país do mundo. Como tem a maior floresta tropical, a maior bacia tropical é uma das áreas com mais chuvas, sua ocupação acelerada, caótica e violenta é a maior destruição de recursos naturais na história da expansão econômica da humanidade.

O processo de "amansamento" da nova terra é o mesmo que levou à submissão da África e da Ásia, com uma acentuada diferença tecnológica, graças ao avanço acelerado da inventiva do homem nas últimas décadas e do uso intensivo de capital. Essa celeridade não tem similar no passado. Extravasa a própria capacidade de controle e gestão do governo nacional, contando, para isso, com a própria incapacidade estatal de firmar uma definição adequada sobre a região. A matriz dessa discrepância está na recusa do poder central de reconhecer que na Amazônia, com 20% de todas as formas de vida na Terra, o principal personagem é a natureza e não o homem.

Calcula-se que quando o europeu chegou à Amazônia, no século XVI, havia 5,5 milhões de nativos, que se sucediam havia pelo menos 15 mil ou 20 mil anos, em perfeita harmonia e equilíbrio com a natureza, seu meio de sobrevivência e fonte de religião, lendas e regras de consulta. Hoje, a população amazônica é cinco vezes maior, e os remanescentes pré-cabralinos são menos de 1%.

Seu colonizador, que herdou a última página do Éden, cuja criação Deus delegou ao homem, segundo a metáfora de Euclides da Cunha, em apenas meio século destruiu 34 vezes mais. Em algumas dessas frentes pioneiras, o que era propriamente amazônica (um organismo fechado e harmônico de água, luz e floresta) desapareceu. O Brasil do desmatamento venceu.

A observação de mais de meio século de N'Krumah continua verdadeira. A ordem para as principais decisões tomadas na Amazônia vem do exterior. É para lá também que vão os produtos solicitados, com ênfase nas mercadorias que exigem muita energia para serem produzidas, como os minérios – de ferro, cobre, níquel, caulim, ouro e bauxita principalmente – e seus derivados, à frente o metal primário de alumínio, o produto mais eletrointensivo do mercado.

A observação de mais de meio século de N'Krumah continua verdadeira. A ordem para as principais

decisões tomadas na Amazônia vem do exterior. É para lá também que vão os produtos solicitados, com ênfase nas mercadorias que exigem muita energia para serem produzidas, como os minérios – de ferro, cobre, níquel, caulim, ouro e bauxita principalmente – e seus derivados, à frente o metal primário de alumínio, o produto mais eletrointensivo do mercado.

A impressão que dá é a de artérias de circulação abertas pelo centro da região e de uma grande hemorragia de riquezas naturais, drenadas por diversos portos interiores e por um dos maiores terminais marítimos do mundo. Não por acaso, o porto da Ponta da Madeira, em São Luís do Maranhão, deslocou do topo do ranking nacional o porto de Santos, em São Paulo.

O porto paulista é o símbolo de um antigo neocolonialismo, centrado no café, por longos anos o maior produto de exportação, o café, que conseguiu se industrializar a partir da renda agrícola, ocupando em boa parte o papel dos exploradores internacionais na sua relação com as áreas mais pobres do Brasil, o Nordeste e, nas últimas cinco décadas, a Amazônia. O porto maranhense é a principal base de lançamentos de minérios de Carajás, a maior província mineral do mundo, situada no Pará, transportados pela terceira maior de todas as ferrovias de carga do mundo, concessão da Vale, até o porto da mineradora.

De janeiro a julho deste ano, Ponta da Madeira movimentou 65,9 milhões de toneladas (10,3% do total). Com o porto público de Itaqui, além de Ponta da Madeira, o Maranhão registrou, no período, o segundo maior movimento de cargas pelo transporte marítimo, atrás apenas do Rio de Janeiro. Nos sete meses, segundo a Confederação Nacional do Transporte, os portos brasileiros movimentaram 638,6 milhões de toneladas de produtos, 3,9% a mais do que o mesmo período de 2019.

Considerando o perfil de carga, os graneis sólidos (minérios, frutos, oleaginosas, fertilizantes etc.) lideram em volume movimentado, com 386,5 milhões de toneladas. Vêm em seguida: graneis líquidos e gasosos (combustíveis, óleos etc.), com 157,1 milhões de toneladas, cargas containerizadas (64,8 milhões de toneladas) e carga geral (30,2 milhões de toneladas). O perfil de um país exportador de *commodities*.

Na soma da carga movimentada entre 2010 e 2020, até julho, o Pará ocupa o 5º lugar, com 630 milhões de toneladas, depois do Rio de Janeiro (1,9 bilhão), Maranhão (1,75 bilhão), São Paulo (1,73 bilhão) e Espírito Santo (1,6 bilhão). Na Amazônia, o estado do Amazonas é o 10º (256 milhões), Rondônia o 14º (72 milhões), o Amapá o 16º (35 milhões) e o Acre o 21º (14 mil).

A expressão neocolonialismo pode ter entrado em desuso, mas o modelo de exploração funciona como nunca.



Lúcio Flávio Pinto - Jornalista.
Matéria originalmente publicada no site www.amazoniareal.com.br

**NÓS FAZEMOS A DIFERENÇA
E NÃO ESTAMOS À VENDA**

**MEXEU COM OS
BANCOS PÚBLICOS,
MEXEU COM O BRASIL**

NÇA
A



 **BANCÁRIOS** 
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

O NEGACIONISMO DO PRESIDENTE DO BRASIL NA ONU

Emir Sader



Fotos: divulgação



A ONU mantém a tradição do Brasil abrir a Assembleia Geral. Bolsonaro se valeu desse privilégio pela segunda vez. Desta vez, pôde contar com o caráter virtual da Assembleia e evitar as atitudes de rejeição que sofreu ano passado, com representantes virando as costas para ele ou mesmo abandonando o recinto.

Por outro lado, caso ainda retorne no próximo ano, Bolsonaro provavelmente não poderá contar com a presença do seu parceiro e inspirador fundamental, Donald Trump, caso se confirme sua derrota em novembro.

Não adiantou a chamada de atenção do Secretário Geral da ONU, António Guterres, conclamando a obedecer a ciência e, comemorando os 75 anos da ONU, exaltou o papel do multilateralismo. Bolsonaro não ouve argumentos alheios.

Não pode haver afirmações mais absurdas do que considerar o Brasil como exemplo de luta contra a pandemia e de defesa do meio ambiente. É um discurso fora da realidade, mas é a única forma de articular um discurso que não enfrenta as denúncias e as acusações, além da realidade das imagens das queimadas na Amazônia e no Pantanal, além dos dados brutais das vítimas da pandemia.

O discurso de Trump e de Bolsonaro são articulados em torno da busca de bodes expiatórios. Antes de tudo, a ideia de que os Estados Unidos e o Brasil são vítimas de campanhas internacionais desenvolvidas por setores que perdem privilégios com a ação desses governos. É a linha do ministro de relações exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, segundo o qual o marxismo cultural se vale do multilateralismo para controlar o poder no mundo.

A imagem do Brasil no mundo causa espanto e provoca o ridículo. O governo se vale de mecanismos similares aos utilizados pela ditadura, de acusações a supostos adversários que se incomodariam com a importância que o país estaria adquirindo.

Um discurso gravado há dias em Brasília consegue deixar passar o erro grosseiro de afirmar que o auxílio dado pelo governo foi de mil dólares e não cem dólares. Ninguém revisou? Ninguém se perguntou se estava certo? Ou foi vítima da euforia de quem vive fechado em um micro universo do Palácio do Planalto?

Basta para confirmar o amadorismo e o aventureirismo das políticas do governo, que não se dá conta dos danos que provoca à imagem do país. Interessa o governo e, mais especificamente, o presidente. Que ele se saia da melhor forma possível dos desafios, que

responda com algum tipo de argumento, mesmo se mentiroso, às acusações que recebe. Uma espécie de autismo político.

Impressiona que o núcleo ideológico do governo se mantenha, dê a tônica dos discursos, prevaleça na imagem do governo e nada mais apropriado do que a imagem externa do governo. Pretende aparecer como defendendo a soberania do país diante de tentativas de ingerências externas, da mesma forma como fazia a ditadura.

Pretende representar o Brasil diante de potências externas. Desclassifica as críticas internas e externas como tentativas de enfraquecer e derrubar o governo. Se ampara no fato de que é a única liderança da direita que consegue resistir ao PT.

O esgotamento dos tucanos e o fracasso de tentativas de formação de um bloco de centro – de que Ciro Gomes é uma das expressões – deixa a direita nas mãos do Bolsonaro, que se vale da sua política econômica para reagrupar a direita em torno do governo.

A esquerda e toda a oposição ficam limitadas pela quarentena, que impede mobilizações populares que catalisem a rejeição do Bolsonaro. Uma situação que deve se prolongar até metade de 2021, quando se pode calcular que a maioria das pessoas já tenham tomado a vacina e o clima político possa contar com mobilizações de rua.

A proposta de programa do PT aponta nessa direção, de equipar a esquerda e toda a oposição democrática com um programa de reconstrução e de transformação do país. Até ali Bolsonaro pode sobreviver com suas fake news e apelos à sua base fanática, o que lhe dá condições de disputar a reeleição em nome da direita, contra o PT.



Emir Sader

Sociólogo. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.

CANDIDATURAS NEGRAS





**Vamos eleger
negras e negros
comprometida(o)s
com a luta contra
o racismo e as
perversidades
do capitalismo**

**"E SE PODER
É BOM NEGRAS E NEGROS
TAMBÉM QUEREM O PODER"**

A PANDEMIA NÃO ACABOU.

Os cuidados também não.

O número de vítimas do coronavírus em Formosa continua **aumentado**. Não é hora de deixar de lado os hábitos de proteção. Contamos com você para proteger a vida de todos os formosenses e da sua família.



Use máscara o tempo todo



Mantenha distância de 2 m



Faça a higiene das mãos



Evite aglomerações

e se possível, fique em casa



PREFEITURA
FORMOSA



OLÍMPIO GONÇALVES MENDES: ÍCONE DA EDUCAÇÃO

Vanilson Reis

Tu te foste assim
Como um passarinho
De asas quebradas,
À moda Gibran Khalil Gibran.
Tu levaste o hipocampo
Adquirido pelos anos
De lutas incansáveis
Pela classe oprimida
De milhões de brasileiros.
Foste embriagado
Dos desejos alcançados
Como exímio professor
De tantos conteúdos,
Tu te foste assim,
Meu indelével amigo!
Por caminhos íngremes,
Ao atravessar montanhas,
Vales verdes e florestas,
Tu encontraste o agreste
Em muitas divergências
Com donos da verdade
Aqui na Terra,
Mas tu voaste feito a águia
No céu dos homens
De pura vaidade,
Para que sobrevivessem

Suas ideias entre eles.
Tu conheceste o ápice
Da razão e da emoção
No exílio do Brasil
E do México.
E até mesmo no funil
Da paciência,
Dentro do coração,
Tu foste tachado de comunista,
Mas simplesmente
Pregavas a igualdade a todos.
Em terras de cristãos,
Tu tomaste a última cerveja
Gelada na frieza da alma,
Entre quatro paredes
Em sua Formosa querida.
Nos braços dos anjos,
Sustentado pela boemia
Vivida à luz da lua de setembro,
Tu pegaste o Trem Sereno
E dispensaste Adoniran Barbosa
Que partiria às onze horas.
Mas tu te foste ainda cedo,
Para cumprir o protocolo
De morte dos intelectuais
Que morrem serenamente.

Tu deixaste a força
Dos sindicalistas
Órfã de um Hércules
Da Educação,
Tu brigaste incessantemente
Pela classe trabalhadora
Sem fuzil e sem espada blindada,
Mas tu agora penduraste
Nos cabides da existência
A saudade e o amor
Que espalhaste nas filas
Onde se alistavam os soldados
Convocados para as lutas
Pelas conquistas trabalhistas.
Olímpio, serás eterno,
Como o ícone da educação
Do Distrito Federal!



Vanilson Alves dos Reis – Poeta.
Professor. Homenagem ao grande
educador Olímpio Gonçalves Mendes,
falecido em 7 de setembro de 2020.



EDUCAÇÃO É ATO POLÍTICO PARA SALVAR O RIBEIRÃO DO SOBRADINHO

Um caminho longo e tortuoso é percorrido pelo Ribeirão do Sobradinho, curso de água de 28 km de extensão, localizado no centro-norte do Distrito Federal. Formado por diversas nascentes, ele contorna toda a cidade de Sobradinho e deságua no rio São Bartolomeu. No trajeto, as águas que correm formando cachoeiras exuberantes carregam, desde onde brotam, o martírio do esgotamento sanitário, do agronegócio, dos resíduos. A Via Sacra imposta ao Ribeirão do Sobradinho por diversas ações humanas não só deixa o corpo hídrico em condições degradantes como também ameaça a história de quem sempre viveu às suas margens.

A professora da rede pública de ensino Iassana Rodrigues Soares realizou durante mais de um ano pesquisas da diversidade cultural da Rota do Cavalo, região cortada pelo Ribeirão do Sobradinho. A partir de conversas com moradores locais, Iassana, que também tem parte de sua história construída neste espaço, constatou que as águas do rio formam a matriz da multiplicidade cultural existente ali. São ciganos, pequenos agricultores, pequenos pecuaristas, trabalhadores rurais sem terra, produtores de semente crioula. Uma diversidade biocultural rica e com conexões históricas de subsistência e afeto com o Ribeirão do Sobradinho. Povos que, devido à poluição do rio, têm sua expressão cultural abalada.

O caminho encontrado por Iassana, que trabalha com séries iniciais na Escola Classe Sítio das Araucárias, é educar as centenas de crianças dessa região para que elas conduzam o trabalho de despoluição e reconstrução do Ribeirão do Sobradinho. O objetivo é torná-las protagonistas de suas próprias histórias, a partir do pertencimento ao espaço.

"Retornarei à sala de aula para fazer a educação ambiental territorial para além dos muros da escola. O objetivo é ter a água como matriz ecopedagógica. A escola não tem o poder de mudar o sistema diretamente, mas ela tem o poder de conscientizar. Vamos usar a educação para chegar às famílias", reflete a professora.

A ideia de Iassana tem como fonte o trabalho desenvolvido pelo professor de História Robson Eleutério. Aposentado da Secretaria de Educação do DF, Robson está empenhado há anos em ações que incentivam a inserção da ecopedagogia no Projeto Político Pedagógico das escolas.

Além de coordenador do Instituto Cerratense, o professor é criador do Ecomuseu Pedra Fundamental, que idealiza um dos mais amplos projetos de despoluição e reconstrução do Ribeirão do Sobradinho. "Os estudantes das escolas próximas ao Ribeirão moram na região, e é importante que estejam inseridos nesse processo de reconstrução do rio, pois estão ali diariamente. Eles são os personagens principais, e por isso é importante trabalhar a consciência através da educação ambiental", explica o professor que também coordena o curta-metragem Planaltina Memória e Patrimônio e o projeto 60 Anos: Caminhamentos Missão Cruls, ambos em execução pelo Ecomuseu Pedra Fundamental.

Além da Escola Classe Sítio das Araucárias, que já se comprometeu a entrar de cabeça no projeto de despoluição e reconstrução do Ribeirão do Sobradinho assim que a pandemia do novo coronavírus acabar, a Escola Classe Córrego do Meio e a Escola Classe Pedra Fundamental, ambas na zona rural de

Planaltina-DF, também se somaram ao projeto. Para conscientizar os estudantes das três escolas que estão às margens do rio, foram desenvolvidos projetos de visitação, coleta de lixo e uma série de atividades lúdicas sobre a importância desse corpo hídrico.

"O projeto de despoluição e reconstrução do Ribeirão é muito importante, pela proximidade do Ribeirão das escolas e pelo perfil das comunidades que têm ali. Nossa escola tem 160 alunos matriculados. Todos eles são oriundos de assentamentos localizados na Rota do Cavalo. Esses alunos são muito afetados pela poluição do rio, e é determinante que essa prática de conscientização ambiental seja permanente. É isso que queremos fazer", conta a diretora da Escola Classe Sítio das Araucárias, Queti Dietrich.

A história de luta em defesa do Ribeirão do Sobradinho mostra que mesmo em um período marcado pela desconstrução da política de proteção ambiental – entre tantos outros retrocessos –, a Educação continua sendo uma das mais eficazes ferramentas de resistência. Se de um lado o líder máximo do Poder Executivo federal nega com mentiras a crise ambiental gerada para atender ao mercado, do outro, professores fazem da educação um ato político na perspectiva da construção de uma sociedade mais consciente, justa e equânime.

Vanessa Galassi, do Sinpro-DF



Foto: Arquivo Instituto Cerratense



Foto: Divulgação

CERRADO DO FIM

Um banco do fim dos tempos para o Cerrado se definiria pela criação de um espaço adequado, com técnicas de armazenamento adequadas, para a preservação do maior número possível das partes germinativas das espécies deste Sistema Biogeográfico, caso um apocalipse venha destruir a vegetação desta riquíssima matriz ambiental, para que no futuro ela possa ser, se necessário, refeita.

Os desafios não só para a criação, como para a manutenção de uma arca desta natureza, do ponto de vista econômico, são imensos e exigiriam um programa consistente de pesquisas, para o resgate dos conhecimentos atuais e para a formação de gerações de novos pesquisadores, dentro de uma ótica que não tivesse interrupção.

Também os desafios para a solução dos intrincados problemas ecológicos seriam imensos. E teriam que ser considerados desde o oligotrofismo do solo, como regime climático, balanço hídrico, e tantos outros que possibilitassem a germinação e sobrevivência das plantas retiradas do banco.

Caso o Cerrado venha a desaparecer totalmente, situação que se encontra prestes a acontecer, pela sua importância ecológica, para o equilíbrio de grande parte das áreas continentais do planeta, com certeza, esforços na busca de soluções científicas e tecnológicas não seriam medidos.

O Cerrado, na plenitude de sua biodiversidade, já se encontra extinto. Considerando parte da complexa ecologia e da sua história evolutiva, as formas vegetacionais, desde as suas origens, representaram importância fundamental na configuração da totalidade ambiental. Entretanto, a vegetação enquanto comunidades, não existe mais; porém, é possível encontrar uma ou outra espécie isolada, sobrevivente da tragédia da extinção.

Outra questão importante a ser colocada se refere à difusão do cerrado e sua adaptação ao solo oligotrófico.

DO: UM BANCO DOS TEMPOS

Altair Sales Barbosa

Em 1961, o pesquisador Ferry se surpreendeu com a constatação de que, após vários anos de pesquisas acerca do cerrado, nunca encontrou plantinhas de espécies permanentes que pudessem dizer com segurança que provinham de sementes. Reprodução vegetativa de vários tipos é responsável pela manutenção desta vegetação em determinado local e pela sua expansão em áreas adjacentes.

Experiências não publicadas, com sementes de algumas espécies, revelaram que não há dificuldade para germinação em condições de laboratório; no cerrado, entretanto, as mesmas sementes não germinam ou fazem em porcentagem muito pequena, e, mesmo quando há alguma germinação, a sobrevivência final é extremamente baixa.

Isso pode ser explicado da seguinte forma: as sementes das plantas permanentes do cerrado são produzidas e dispersadas, via de regra, ao final da época seca, muitas são comidas por insetos e outros animais, muitas morrem pelo excessivo calor solar, algumas apenas são preservadas em certos pontos mais abrigados. No cerrado antigo, a superfície do solo é dura e seca e tem um baixo teor de coloides; assim, quase toda água das primeiras chuvas corre pela superfície. As sementes que iniciam sua germinação com estas primeiras chuvas não encontram água suficiente para prosseguir em seu desenvolvimento.

O Cerrado é um dos ambientes mais antigos da história recente do planeta Terra, que tem início no Cenozoico, portanto trata-se de um ambiente onde os elementos fundamentais que o compõem já chegaram ao clímax evolutivo, com grau elevado de especialização, e os componentes vivem em complexa simbiose, além de necessitarem de condições especiais para sobreviverem.

Sementes de algumas espécies, principalmente arbóreas, germinam até com certa facilidade em viveiros, outras precisam de tratamentos especiais,

para quebra de dormência e processos de escarificação. Somando todas as que germinam em viveiros, chega-se a um total de aproximadamente 180 espécies, quantia que é insignificante, pois são conhecidas quase 13 mil espécies vegetais que compõem a flora do Cerrado. Outro problema a ser considerado para o desenvolvimento das plantas, cujas sementes germinam em viveiros, é encontrar locais especializados, onde estas possam se desenvolver e se tornarem adultas, de acordo com suas exigências adaptativas.

Algumas adaptações da vegetação do Cerrado, como sistema subterrâneo desenvolvido desde o estágio de plântula, com raízes que atingem grande profundidade no solo em busca de água, caules subterrâneos com função de reserva (xilopódio) e com gemas que permitem a reprodução das plantas após a estiagem e as queimadas, translocação de foto assimilados para o sistema subterrâneo nos períodos de seca, caules aéreos com cortiças para proteção contra fogo, solos com pH ácido, acúmulo foliar de alumínio, ajustamento osmótico das raízes, possibilitando a entrada de água nos meses secos, são sinais de processos adaptativos de uma vegetação antiga.

Essas considerações iniciais embasam um grande projeto no sentido da construção dessa estrutura preservacionista e futurista.

No atual estágio, encontra-se em conclusão um levantamento bibliográfico que contenha a listagem das plantas conhecidas do Cerrado, incluindo as obras que listam as plantas ameaçadas de extinção. Paralelamente, diversos experimentos de preservação estão sendo realizados, desde condições de armazenamento até experimentos com germinação.



Altair Sales Barbosa - Pesquisador do CNPq - Membro Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás - Pesquisador convidado UNIEvangélica de Anápolis.



WILSÃO, OS ÍNDIOS E OS ESTADOS GERAIS DA CULTURA

José Ribamar Bessa Freire

***“Que importa o chapéu de palha, o traje, o rude perfil.
Ele é um homem que trabalha, ele é o filho do Brasil”.***
(“Infância Brasileira”, livro didático da década de 1950)

Mãe? Ninguém sabe quem era. Pai, muito menos. Ele era filho do Brasil como tantos outros cantados em quadrinha de autor cujo nome não lembro mais. De pais desconhecidos, Wilson Pinheiro de Souza nasceu por volta de 1933, sabe-se lá em que dia e mês, no Careiro (AM), distante de Manaus umas quantas horas de barco, onde aprendeu a nadar nas águas do rio Castanho.

De lá foi parar no Acre, na fronteira com a Bolívia. Trabalhou em seringal e foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileira, quando o conheci em abril de 1979, numa reunião com os índios Apurinã no Teatro de Arena do SESC, em Rio Branco.

Ele seria mencionado na abertura da minha fala no 5º Encontro dos Estados Gerais da Cultura (EGC), programado para domingo, 6 de setembro, sob a batuta do cineasta Silvio Tendler, organizador

do movimento que pretende recriar o destroçado Ministério da Cultura. Desde julho, aos domingos, uma centena de pessoas se reúne para discutir o Brasil e suas políticas culturais.

No meu dia, quando eu ia começar a falar, uma horda de bárbaros invadiu com palavrões a sala do zoom aos gritos de “mito, mito”, exibindo imagens do capitão armado.

– Estamos incomodando, fomos reconhecidos pelo adversário, passaram recibo – celebrou Silvio Tendler, um guerreiro da paz.

A Escola Superior da Paz foi criada pelo movimento EGC com objetivos diferentes aos da Escola Superior de Guerra e, segundo a jornalista Tânia Fusco, já conta até com um reitor, o historiador Célio Turino, que como secretário da Cidadania Cultural do Ministério da Cultura (2004–2010) criou o Programa



Cultura Viva, responsável por mais de 2.500 Pontos de Cultura em mais de mil municípios brasileiros. A Escola da Paz defende a Doutrina de Segurança Emocional para exigir trégua nas comunidades das periferias brasileiras, contando para isso com as amadíssimas Forças Amadas.

O TERRITÓRIO INDÍGENA

Por sugestão das Forças Amadas, o 5º Encontro dos EGC foi, então, transferido para a plataforma da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), onde fiz um resumo da palestra sobre “O lugar dos povos indígenas na política cultural do Brasil”, devendo desenvolver o tema de forma ampla no início de outubro. Não é possível fazer uma discussão séria sobre políticas culturais, deixando os índios de fora. Mas qual é o lugar do Wilsão nessa história se ele não é indígena?

Um episódio vivido por Wilsão com os Apurinã, do qual eu participei, serviu para introduzir o tema da demarcação dos territórios indígenas e relacioná-los

com a cultura. A terra indígena não é só um espaço físico, um bem material, vista pelo agronegócio e as mineradoras apenas como valor de mercado. Ela é muito mais do que isso, é um bem cultural, como ficou evidente no diálogo entre índios e trabalhadores rurais, ocorrido no dia 19 de abril de 1979, um ano e três meses antes do assassinato do Wilsão.

Foi assim. Nos anos 1970, o grileiro paraense João Sorbille, apelidado de “Cabeça Branca”, aproveitou a longa temporada de caça dos índios Apurinã e com a conivência do Cartório de Boca do Acre (AM) loteou a terra indígena, vendendo os lotes para colonos vindos do Paraná. Quando os índios retornaram da caçada encontraram lá outros “donos”, que exibiam recibos do pagamento feito ao grileiro. Armou-se um conflito feio entre índios e posseiros.

Para lutar contra o grileiro em vez de brigar entre si, índios e posseiros se reuniram no Teatro de Arena do SESC, em Rio Branco, com a participação de lideranças de várias entidades, entre as quais Wilson Pinheiro de Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileira e Chico Mendes, ex-secretário do sindicato que se elegera vereador em Xapuri. Daí nasceu o Comitê Índios x Posseiros, berço do movimento “Aliança dos Povos da Floresta”.

LUGAR DE MEMÓRIA

Na ocasião, foi encenada a peça “A Grilagem do Cabeça” dirigida por Vera Froes do Grupo Testa, descrevendo toda a trama sórdida. Depois do espetáculo Wilsão manifestou durante a reunião que não entendia por que os índios não se sindicalizavam.

Numa intervenção pública perguntamos a ele:

– Você aceitaria trocar a terra onde está, em Brasileira, por uma terra fértil do mesmo tamanho aqui perto do mercado consumidor?

Wilsão respondeu:

– Quem não aceitaria? A distância de lá para cá é de mais 200 km por uma estrada intransitável cheia de lama e buracos.





A mesma pergunta foi dirigida a Manuel Apurinã ali presente. Ele disse que não trocaria nem por um terreno dez vezes maior. É que para ele a terra era um lugar de memória, um espaço sagrado, onde estavam enterrados os seus mortos, com numerosas referências às narrativas míticas. Sem ela, a cultura Apurinã se esfacelava.

Manuel cantou, então, para uma plateia silenciosa e reverente, uma canção em língua Apurinã. Embora desconhecesse a língua, Wilsão entendeu tudo, percebeu que estava diante de outra cultura, com sua forma específica de ver e lidar com a terra. Manuel disse algo assim como “não é a terra que nos pertence, somos nós que pertencemos à terra. Por isso não podemos sair de lá”. Na versão Guarani, sem *tekoá* (aldeia) não há *tekó* (cultura). É no território que eles cultivam o *nhanderekó* (o “nosso jeito de viver”), que dá conta das relações internas pautadas pela ética do parentesco e pelo ideal de boa convivência.

FORÇAS ARMADAS

Portanto, quando o governo Bolsonaro impede a demarcação das terras indígenas, tal medida, que contraria a Constituição, golpeia culturas milenares e destrói línguas, saberes tradicionais, arte, música, literatura oral. A Funai bolsonarista editou uma instrução normativa que permite o registro de propriedades privadas sobrepostas a terras indígenas em processo de homologação, oficializando assim a grilagem. A juíza federal do Pará acaba de suspender tal excrecência.

Durante quase cinco séculos os índios perderam mais de 87% de seus territórios e com eles suas culturas, que são vitais não apenas para os povos originários, mas para o Brasil e para a humanidade. Por isso, a Constituição de 1988 repactuou: o que os povos ameríndios perderam, perdido está, mas o Estado garante daqui em diante o usufruto das terras que permaneceram ocupadas.

A atual política de um governo que nega aos índios, em plena pandemia, o acesso à água potável, mostra que esse pacto está sendo violado. A garantia da terra aos povos indígenas, como assegura a Constituição, não é apenas uma medida no campo da economia, mas faz parte da própria política cultural. É isso que, entre outras questões, os invasores da reunião não queriam que fosse dito e discutido.

Wilsão era um homem da paz. Liderou o movimento *Mutirão contra a jagunçada*, que levou centenas de posseiros a tomar dezenas de rifles dos pistoleiros contratados por grileiros, entregando as armas ao Exército. Wilsão foi assassinado, aos 47 anos, com um tiro pelas costas, mas parece que continua incomodando. E nós com ele. Três vivas aos Estados Gerais da Cultura, à Escola Superior da Paz e às Forças Amadas.



José Ribamar Bessa Freire –

Escritor. Professor. Matéria originalmente publicada no site www.taquiprati.com.br administrado pelo professor Bessa Freire.



A LENDA DO UBUNTU

Certa vez, dizem os muitos relatos dessa bela história, em visita a um povo africano, um antropólogo propôs uma brincadeira às crianças da aldeia: ele colocou uma cesta cheia de frutas debaixo de uma árvore e disse a elas que quem chegasse primeiro à árvore poderia ficar com todas as frutas.

Ao ouvir o sinal da largada, algo muito incrível aconteceu: as crianças deram as mãos umas às outras e correram juntas para a árvore. Ninguém chegou primeiro, ninguém chegou por último, todas chegaram ao mesmo tempo e, portanto, o prêmio era de todas elas.

Intrigado, o antropólogo perguntou: "Por que vocês correram juntas, se o prêmio era apenas para quem chegasse primeiro? A resposta veio rápida, simples e direta:

- Ubuntu! Como uma de nós poderia ficar feliz se todas as outras iam ficar tristes? O antropólogo aprendeu, então, que Ubuntu é um termo das culturas Zulu e Xhosa, que quer dizer "Eu sou porque nós somos". Lindamente, a lenda do Ubuntu reforça os valores da paz, da gentileza e da solidariedade.



MUSSE DE MARACUJÁ

Lúcia Resende

Fotos: Lúcia Resende



Era final da década de 1990, eu lecionava língua portuguesa na Escola Classe Cerâmicas Reunidas Dom Bosco, zona rural do Distrito Federal, já quase na divisa com Goiás.

Foi ali, numa sala de quinta série, que um menino chamado Jairo, de quem tenho muita saudade, me ensinou esta receita. Não me lembro mais de que falávamos, mas me lembro bem da pergunta:

– Professora, é o musse ou a musse?

Respondi que a palavra era um substantivo feminino, que vinha do francês “mousse” e que era uma delícia culinária.

– Eu sei fazer uma musse de maracujá muito boa – disse-me.

Confesso que duvidei, mas ele insistiu. Pedi a receita e disse que ia testar, mas que parecia simples demais para dar certo. Pois ele tinha mesmo a receita na ponta da língua e me passou.

Aquilo não me saía da cabeça e, ao chegar em casa, fui direto pra cozinha. Peguei os ingredientes e parti para o teste.

Pois não é que deu certo? Tão certo que repito sempre aqui em casa e sempre me lembrando daquele menino esperto, alegre, metido a cozinheiro! Por onde andarás o Jairo, sempre me indago...

Dele não sei faz muito tempo, mas a sua musse de maracujá permanece vivíssima!

Ingredientes

Musse

1 lata de leite condensado
1 lata de creme de leite
2 maracujás

Calda

1 maracujá
4 colheres de açúcar

Modo de fazer

Ferva rapidamente a polpa de 1 maracujá com as 4 colheres de açúcar até formar uma calda transparente. Deixe esfriar.

Numa peneira, coloque a polpa dos outros 2 maracujás, vá pressionando com uma colher, até separar o suco das sementes. Despeje esse extrato de maracujá no liquidificador, junte o creme de leite e o leite condensado. Bata por cerca de 5 minutos até obter a consistência de uma maionese. Despeje numa vasilha, cubra com a calda já fria e leve para gelar!



Lúcia Resende
Professora



@mluciares





POR QUE O BRASIL PRECISA DOS BANCOS PÚBLICOS

Os bancos públicos são imprescindíveis para o desenvolvimento econômico e social sustentável do país.

Há investimentos de longo prazo que somente instituições financeiras como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste estão aptas a fazer. Por exemplo:

1. Fomentar o desenvolvimento econômico por meio do direcionamento do crédito a setores específicos (industrial, rural e imobiliário).
2. Promover o desenvolvimento regional, levando crédito a regiões e atividades que os bancos privados ignoram, por não serem tão rentáveis.
3. Atuar de forma anticíclica na oferta de crédito, para garantir investimentos e/ou reduzir juros em momentos de crise, quando os bancos privados se escondem. Foi assim que o Brasil superou a crise financeira de 2008.
4. Promover a bancarização da população brasileira de baixa renda.

Mas o atual governo, que segue os interesses do sistema financeiro privado, está deliberadamente retirando essas funções dos bancos públicos federais. E adotando medidas, como a MP 995 em relação à Caixa, para pulverizar e enfraquecer as instituições, com o objetivo de privatizá-las.

Os bancos públicos pertencem ao povo brasileiro. Somente a mobilização da sociedade pode impedir a entrega desse patrimônio.





Foto: Divulgação

ILHA DO BANANAL:

VIDAS ORIGINÁRIAS AMEAÇADAS POR UM FOGARÉU SEM FIM

____ Nanda Barreto e Tiago Miotto, com comentários de Zezé Weiss

Setembro fechou sem chuvas. Outubro entrou com o país ainda em chamas por todos os lados, da Amazônia ao Pantanal, ao Cerrado, praticamente em todos os biomas brasileiros.

Em Goiás tem um ditado que diz que flor de cagaita não cai em terra seca. Aqui em Formosa, neste 4 de outubro, data de fechamento da edição 72 desta nossa Revista Xapuri, as cagaiteiras amavnheceram abusadas de tanta flor. Há, portanto, esperança de alguma chuva.

Um caso crítico é o da Mata do Mamão, na Ilha do Bananal, onde indígenas isolados foram cercados pelo fogo e, depois do fogo, assolados pelo fim da fartura

queimada, pela presença ostensiva do agronegócio a fechar os caminhos ancestrais de um povo que escolheu viver longe da raça branca que o dizima.

O texto que se segue é uma edição condensada, por limitação de espaço, de matéria publicada por Nanda Barreto e Tiago Miotto, da Assessoria de Comunicação do Conselho Indigenista Missionário. Recomendo a leitura do artigo na íntegra na Página do Cimi: <https://cimi.org.br>. Veja o extrato:

Um incêndio de grandes proporções está devastando, por dias, uma área no interior da Ilha do Bananal, em Tocantins. A zona mais afetada é conhecida como Mata do Mamão e engloba a região



sul da Terra Indígena (TI) Inawebohona e uma pequena parte da vizinha TI Parque do Araguaia.

De acordo com Eliane Franco Martins, coordenadora do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Goiás/Tocantins (GO/TO), o local é conhecido como último refúgio de um grupo de indígenas em isolamento voluntário. “A confirmação da presença deles foi o avistamento em outubro de 2019, durante um voo de helicóptero”. Na ocasião, pontua Eliane, o grupo também estava fugindo do fogo, conforme imagens amplamente divulgadas pela imprensa local.

Depois disso, segundo Eliane, uma decisão da Justiça Federal, a pedido do Ministério Público Federal (MPF), determinou que o acesso à Mata do Mamão fosse restringido, obrigando a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) a apresentarem um relatório sobre a situação e as principais ameaças. “Quase um ano depois, praticamente nada foi feito para impedir a entrada do fogo”. Eliane recorda que, segundo os órgãos de fiscalização, um aceiro – espécie de clareira aberta para impedir a passagem do fogo – foi feito após as queimadas do ano passado. “Mas a recorrência do incêndio indica que essa medida não foi suficiente”, avalia.

PASTAGEM EXTENSIVA

O missionário do Cimi GO/TO Carlos Almeida ressaltava que o avanço do agronegócio interfere de forma agressiva no ecossistema e amplia a vulnerabilidade a incêndios. “A Ilha tem pasto nativo e os fazendeiros da região aproveitam esta condição para colocar o gado lá dentro, por meio da prática do arrendamento. Segundo a Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins, hoje a Ilha tem cerca de 100 mil cabeças de gado, com 344 ‘retiros’, que é como se chama as sedes improvisadas dessas fazendas arrendadas”, ressaltava.

A suspeita é de que o fogo seja iniciado de forma proposital, com o objetivo de fazer a limpeza do pasto. No entanto, o risco de descontrole é sempre iminente e as consequências, devastadoras. “Faz três anos que os incêndios estão adentrando a Mata do Mamão nesta mesma época, diminuindo a umidade e ampliando o perigo”.

AMPLO VALOR SOCIOAMBIENTAL

Com área de cerca de 25 mil quilômetros quadrados, a Ilha do Bananal é considerada a maior ilha fluvial do mundo. Ela está situada entre dois grandes rios: o Javaés e o que Oliveira nas divisas com Goiás e Mato Grosso – e integra os municípios tocan-
tinentes de Pium, Caseara, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Marianópolis.

A ilha é uma das mais importantes áreas de conservação do Brasil, sendo que uma parte

dela é parque nacional e a outra é TI. Além dos dois territórios citados – Inawebohona e Parque do Araguaia, ambos regularizados –, a Ilha do Bananal também abriga a TI Utaria Wyhyna/Irôdu Irãna, que possui portaria declaratória e aguarda homologação.

Embora as demarcações não abranjam a Ilha do Bananal inteira, toda a faixa de terra cercada pelos rios é reivindicada pelos indígenas como território de ocupação tradicional. Do início de 2020 até o dia 23/09, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou 1.255 focos de incêndio nestas três terras indígenas. Os dados são do satélite utilizado como referência pelo Inpe, o Aqua-MT, de propriedade da Nasa.

A TI Parque do Araguaia, a maior das três, registrou também o maior número de focos: 1.003. Em 2019, ela foi também a TI com a maior quantidade de focos de queimadas no Brasil. Em 2020, até 23/09, as TIs Inawebohona e Utaria Wyhyna/Irôdu Irãna registraram, respectivamente, 184 e 68 focos cada. A maioria das queimadas identificadas pelo Inpe nas TIs da Ilha do Bananal ocorreram nos meses de agosto e setembro: foram 808 focos de incêndio apenas neste período, habitualmente mais seco.



Foto: Divulgação



O NPP-Suomi, outro satélite monitorado pelo programa Queimadas do Inpe, registrou vários focos de incêndio nas bordas da Mata do Mamão entre agosto e o dia 23/09. Operado pela Nasa e pela Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (NOAA) dos EUA, o sensor desse equipamento possui maior resolução espacial do que o satélite de referência do Inpe – o que significa que ele consegue captar frentes de fogo menores.

DEVASTAÇÃO INDUZIDA

Na terça-feira, 22/09, o presidente da República usou seu espaço na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU para culpar “índios e caboclos” pelas queimadas e afirmar que o Brasil é líder “em conservação de florestas tropicais”.

Longe do retrato delirante pintado pelo presidente da República, contudo, as restrições orçamentárias, o desmonte dos órgãos de fiscalização e a retórica antiambiental do governo contribuem para que 2020 repita, com ainda mais gravidade, a temporada de incêndios que marcou 2019. Seis dias antes de encerrar, setembro de 2020 já registra uma quantidade de incêndios 42% maior na Amazônia, em comparação ao mês inteiro do ano passado, segundo os dados do Inpe.

No Pantanal, os 6.048 focos registrados pelo Inpe até o dia 24 já fazem de setembro o pior mês da história do bioma em relação às queimadas, afetando duramente diversas terras indígenas da região, localizadas entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. As TIs Tereza Cristina e Perigara, do povo Bororo, e Baía dos Guató, em Mato Grosso, já

tiveram mais de 80% de sua área devastada pelos incêndios, segundo levantamento da UFRJ.

No Mato Grosso do Sul, a TI Kadiwéu – localizada na transição entre o Cerrado e o Pantanal – já teve 206 mil hectares queimados, aponta o mesmo estudo. No Maranhão, segundo o Regional do Cimi que atua no estado, as TIs Alto Turiaçu, Krikati, Arariboia, Governador, Pindaré e Cana Brava também vêm sendo gravemente afetadas pelos incêndios.

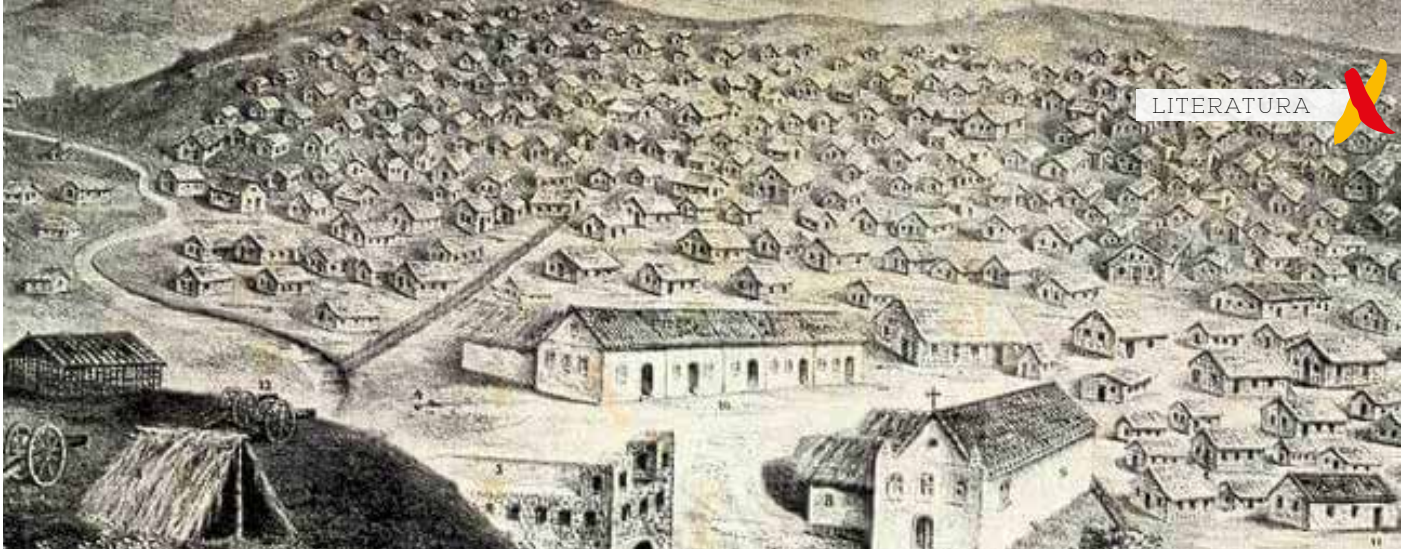
As TIs Porquinhos, do povo Kanela Apanjekra, e Kanela, do povo Kanela Memortumré, também preocupam. Incluídas as áreas regularizadas e suas revisões de limites, ambas registraram 267 e 271 focos de incêndio até 23/09, respectivamente, segundo dados do Inpe.

Em mensagem do dia 24, a CNBB manifestou indignação: “Mesmo diante de tamanha destruição, o governo federal paradoxalmente insiste em dizer que o Brasil está de parabéns com a proteção de seu meio ambiente (...). Esta atitude encontra-se em nítida contramão da consciência social e ambiental, na verdade beneficiando apenas grandes conglomerados econômicos que atuam na mineração e no agronegócio”.

Nanda Barreto e Tiago Miotto – da Assessoria de Comunicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Com edições de

Zezé Weiss – Jornalista. Editora da Revista Xapuri.

 @zezeweiss



BELO MONTE

Enoque Oliveira

Quando a dor insultou o Nordeste, ávida
grassava a miséria nas carnes lépidas das massas,
Canudos vazou de raiva
sacudindo revolta
nos jiraus do sertão.
Ali está Antônio Vicente
o santo Conselheiro
armado com seu terço,
profetizando conselhos divinos,
revoltando montes, vingando a terra grilada
quando de preces havia excedente no céu!

Eram muitas de gente, eram mais
do que esperou a caatinga em lágrimas,
eram aspirações dos secos campos de delírios,
rios de pontiaguda rigidez da sorte
que pelo Norte o sertão desfolhou,
unificadas agora
em levantes de sublevados da Pátria,
açoitando o atraso
da ordem dos alugadores da terra
do senhor Javé.

Para eles ó, Belo Monte, deves perecer
qual nada se só fosse desaparecer
dos galhos de árvores
para não desonrar a história burguesa!
Decapitaram a tua ira,
inundaram roças que amamentavam um povo irmão.
Nas carnes das crianças virgens,
agora alimentadas com o poder da igualdade,
sangraram a estupidez
como guerreiros da antiga Arena
dividiam no cálice o sangue dos inocentes prisioneiros
e bebiam sem piedade,
chacina cultural
do coronelismo sem alma.

Sobreviveu da tua comuna de sonhos
somente água, que mais acho?
Na madrugada fúnebre da degola

deves sumir, para além de sucumbir
em cada óvulo da memória
de quantos na Sub-América, com saudade
lembraram de ti.

E tu, cadáver asceta
arrancado da cova, decepado
qual Cristo pelo espírito levantado
do leito do Vaza-Barris, sobrepujarás tua glória.

Cremos que, algum dia, será limpa
a Avenida Paulista
graças aos exércitos de retirantes
mendigos, pivetes, migrantes
"Invasores da Sé".

Virão outros Santos Dias, certamente,
quebrar tua indiferença nipo-ianque,
transformando-te numa cidade
brasileiramente
feliz.

Depois, muito depois,
sem casa, sem forças, movidos pela sem-solução,
retornam à terra de origem
mutilados
feito cabras desvirgem,
ratificando o testemunho da miséria crônica
no Norte como no Sul
ceifando a vida
inutilmente.

O cativo do sul,
se não mata
pela vontade imaculada
pela sede e pela fome,
mata de medo (desprezível abandono)
indivisível.



Enoque Oliveira –
Poeta.



A POPULAÇÃO IDOSA E O ISOLAMENTO

Ana Catarina Quadrante

A comunidade médica acompanha de perto os impactos que essa pandemia histórica terá na saúde mental das pessoas. Em maior ou menor grau, eles certamente virão – se já não vieram. Quando falamos da população idosa, a situação é ainda mais sensível.

Não conseguimos mensurar as consequências que o isolamento social terá na vida de cada um. Sabemos, entretanto, que ele é importante para preservar a saúde física de todos, e desse grupo de risco especialmente.

Seguimos, então, buscando encontrar o equilíbrio entre o que chamam de “novo normal” e o cuidado com o distanciamento, extremamente necessário.

Ir à padaria todo o dia pela manhã, caminhar pelo bairro, ir aos parques, sair para visitar familiares e amigos ou ficar na calçada de casa conversando com os vizinhos.

Essas eram ações simples do cotidiano de muitos idosos antes da pandemia. Devia fazer parte da rotina dedicar um tempo para se movimentar

fora de casa. É saudável e recomendado. Então, de repente, essas atividades precisaram ser suspensas. E isso que nós, médicos, lutamos para evoluir em socialização e estimulação, corre o risco de regredir.

Caso a caso, as comunidades têm lidado com situações como aumento de depressão, ansiedade, medo e até quadros de fobia. Esse é um relato frequente dos profissionais nos hospitais e em seus consultórios. Os idosos estão com medo. Todos. Aqueles que estão em casa sozinhos, os que moram com seus familiares, aqueles em residenciais e mesmo aqueles que têm uma vida mais ativa. Esse é um sentimento comum. E é absolutamente compreensível.

DEPRESSÃO NA PANDEMIA

De acordo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o número de pessoas com depressão já tinha aumentado muito na última década. Atualmente, 330 milhões de pessoas, cerca de 5% da população mundial, têm a doença. Estima-se que o número de brasileiros que convive diariamente com a depressão é de 12 milhões.

A ansiedade está ainda mais presente entre a população no Brasil, cerca de 10% manifesta sintomas como insônia, angústia, fobias, pânico, transtorno obsessivo-compulsivo (TOC), transtorno de ansiedade generalizada (TAG), entre outros.

Infelizmente, os quadros tendem a apresentar alguma evolução no período, e esses números devem aumentar. Alteração de apetite, dificuldade de dormir, evolução de quadros psicológicos, mudanças na capacidade física, falta de esperança, desmotivação e preocupação excessiva com a pandemia são alguns sintomas.

Ainda não sabemos quais serão as consequências a longo prazo, mas podemos encontrar maneiras e estimular essas pessoas que, apesar de encontrarem-se em um momento difícil e inédito, têm muito a realizar e a ensinar. Podemos ajudá-los com resiliência, paciência, esperança e otimismo. Devemos fazer isso. É nosso papel na sociedade.

De acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2012 e 2018, a população brasileira com 65 anos de idade ou mais cresceu 26%. Na ocasião, o Brasil já tinha 207,8 milhões de pessoas. Os dados mostram que 10% desse total são cidadãos com 65 anos ou mais. Com a tendência de crescimento, em breve esse indicador será ainda maior. E não podemos esquecer que no futuro seremos parte desse grupo.

Apesar do momento de distanciamento físico, existem maneiras de cuidarmos uns dos outros. É fundamental que os idosos sejam estimulados a se manterem ativos, mesmo dentro de casa e com a manutenção do distanciamento.

Por isso, pensando em colaborar com o estímulo cognitivo, socialização e qualidade de vida,

separei quatro sugestões de ações que podem ser praticadas diariamente:

1) Buscar uma visão otimista e evitar informações negativas: Em meio à situação sensível e a outras que certamente virão – porque os desafios fazem parte da vida e ajudam a sermos mais pacientes –, é sempre bom lembrar que o otimismo pode deixar a vida mais leve, alegre, e colaborar com a esperança. Estimular a busca por informações positivas e momentos de relaxamento contribui com esse movimento.

2) Realizar atividade física: Para que uma pessoa se mantenha saudável, o ideal é realizar cerca de uma hora por dia de exercícios físicos, pelo menos três vezes na semana. A prática traz benefícios para o corpo e mente, pois aumenta o fator neurotrófico, um mecanismo de proteção do cérebro. É possível estimular os idosos com alguns pequenos exercícios em casa como: alongamentos; sentar-se e levantar da cadeira; apoio de frente para parede; caminhada dentro de casa, entre outros. Costumo dizer que hoje em dia encontramos quase tudo na internet. Obviamente, é preciso estar atento às limitações físicas de cada um, mas movimentar o corpo é sempre positivo. Se tiver dúvidas sobre quais exercícios são mais adequados, o ideal é conversar com um profissional que o oriente às necessidades físicas do idoso.

3) Manter uma alimentação saudável: Uma dieta equilibrada também é importante, pois o momento pode gerar ansiedade, estresse e até depressão. Algumas pessoas tendem a descontar na alimentação, aumentando a ingestão de comida ou apresentando mudanças de apetite, reduzindo as refeições. O ideal é ficar em um local calmo para aproveitar o momento da alimentação e mastigar bem. A mastigação estimula a saciedade. Além disso, a ingestão de água durante o dia garante a hidratação necessária para o corpo. Vale lembrar a importância de incluir no cardápio frutas, verduras, legumes, cereais e carnes magras. Evitar frituras, diminuir a ingestão de embutidos, bebidas alcoólicas e refrigerantes, bem como evitar a adição de muito sal. Consultar o nutricionista é fundamental para verificar as necessidades alimentares do idoso.

4) Falar com as pessoas que amam: Mesmo com o distanciamento físico, para manter a qualidade de vida é importante encontrar meios de se conectar com as pessoas e socializar. É essencial lembrar que as relações humanas precisam ser valorizadas. As pessoas podem aproveitar a tecnologia para conversar com seus familiares e amigos. As ligações e videochamadas podem diminuir a saudade e trazer mais ânimo.



Ana Catarina Quadrante
- Geriatra. Extrato de matéria publicada no site www.avosidade.com.br



O FIM DA PAZ ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO

Álvaro Tukano

Para a infelicidade dos nossos povos indígenas do Rio Negro, certo dia – 22 de abril de 1500 (e no começo de 1630 no Rio Negro) –, retornou em nosso meio um dos descendentes do Pekasi (homem branco). A palavra Pekasi significa: homem de fogo. “Homem de Fogo?”, perguntaria alguém para mim. “Sim, Homem do Fogo mesmo,” eu responderia.

A história do homem do fogo começou na cachoeira Tôpa Duri, hoje Ipanoré. Foi dito que este era simples maquinista da Canoa da Transformação. Usou a inteligência para fazer a pólvora, espingarda, canhão, balas e espadas.

Esse foi o homem guerreiro, o sujeito ambicioso que matava o outro e tomava tudo o que encontrava pela frente, quando chegava num território alheio. Não sabemos depois de quanto

tempo o descendente do primeiro marujo/maquinista retornou à nossa região. A nossa história recente é a mais dolorosa de todos os tempos, porque os povos indígenas foram mortos.

A palavra “homem branco” tem muitos sentidos para os nossos povos. É a pessoa que tem a pele branca; que não é índio; que não come pimenta e que não gosta de tomar banho todos os dias. É o homem que tem dinheiro e empregados e que só pensa em ganhar dinheiro fácil.

Pode ser padre ou pastor que vem de longe para catequizar os índios e para atrapalhar a vida do povo que vive no meio da floresta. É o ser mais complicado e pretensioso, não dá para confiar nele. É assim que falam os líderes que foram enganados.



Foto: Divulgação

Os portugueses e os espanhóis invadiram os nossos territórios de grandes rios e de florestas por volta de 1650. Eles cometeram crimes bárbaros contra os nossos antepassados. Dividiram os nossos líderes, parentes e irmãos, invadiram os nossos territórios e mataram os nossos chefes. Usaram a inteligência de certos indígenas para tomar as nossas terras, estupraram as nossas jovens indefesas, mataram homens e jovens, roubaram os nossos filhos para vender no mercado negro dos traficantes de escravos.

Toda a colonização nas Américas foi a mais sangrenta na história da Humanidade. Hoje, alguns brancos – padres e freiras – costumam dizer que deixaram os lugares mais adiantados do mundo para vir aqui cuidar de índios,

evangelizar e alfabetizar os índios. Eles dizem assim: “Viemos de longe... viemos transformar vocês em gente civilizada”.

Isso na prática demonstra puro racismo, suposição de superioridade, imposição do cristianismo para acabar com as nossas cerimônias religiosas e nossas línguas, que são mais antigas do que o cristianismo.

Temos que prestar muita atenção para não cair nessa armadilha colonialista, que pretende se perpetuar no meio dos povos indígenas.



Alvaro Tukano – Escritor indígena, em “O mundo Tukano antes dos brancos”. Ayó – Instituto de Ciências e Saberes para o Desenvolvimento. 2017.



ECOLOGIA EM FRAGMENTOS: AS PARTES DO TODO

Leonardo Boff



1. A IRRACIONALIDADE DO NOSSO ESTILO DE VIVER

O modelo de sociedade e o sentido de vida que os seres humanos projetaram para si, pelo menos nos últimos 400 anos, estão em crise.

Este modelo nos fazia acreditar que o importante é acumular grande número de meios de vida, de riqueza material, de bens e serviços, a fim de poder desfrutar a curta passagem por este planeta.

Para realizar este propósito nos ajudam a ciência, que conhece os mecanismos da natureza, e a técnica, que faz intervenções nela para benefício humano. E procurou-se fazer isso com a máxima velocidade possível.

Portanto, busca-se o máximo de benefício com o mínimo de investimento e no tempo mais breve possível.

O ser humano, nesta prática cultural, se entende como um ser sobre as coisas, dispondo delas a seu bel prazer, jamais como alguém que está junto com as coisas, convivendo com elas como membro de uma comunidade maior, planetária e cósmica.

O efeito final é triste, somente agora visível de forma inegável é este, expresso na frase atribuída a Gandhi: "a Terra é suficiente para todos, mas não para os consumistas".

Nosso modelo civilizatório é tão absurdo que, se os benefícios acumulados pelos países ricos fossem generalizados aos demais países, precisaríamos outras quatro Terras iguais a essa que temos.

O que mostra a irracionalidade que este modo de viver implica. Por isso pede o Papa Francisco em sua encíclica "sobre o cuidado da Casa Comum": uma radical conversão ecológica e um consumo sóbrio e solidário.

2. A NATUREZA É MESTRA

Em momentos de crise civilizacional, como a nossa, é imperioso consultar a fonte originária de tudo: a natureza, a grande mestra. Que ela nos ensina?

Ela nos ensina que a lei básica da natureza, do universo e da vida não é a competição que divide e exclui, mas a cooperação que soma e inclui.

Todas as energias, todos os elementos, todos os seres vivos, desde as bactérias e os vírus até os seres mais complexos, somos todos inter-retro-relacionados e, por isso, interdependentes. Um coopera com o outro para viver.

Uma teia de conexões nos envolve por todos os lados, fazendo-nos seres cooperativos e solidários. Quer queiramos ou não, essa é a lei da natureza e do universo. Por causa desta teia de interdependências chegamos até aqui.

É essa soma de energias e de conexões que nos ajuda a sair das crises e a fundar novo

ensaio civilizatório. Mas nos perguntamos: somos suficientemente sábios para enfrentar situações críticas e responder aos novos desafios?

3. TUDO ESTÁ RELACIONADO COM TUDO

A realidade que nos cerca e da qual somos parte não deve ser pensada como uma máquina, mas como um organismo vivo, não como constituída de partes estanques, mas como sistemas abertos, formando redes de relações.

Vigora duas tendências básicas em cada ser e no inteiro universo: uma, a de se autoafirmar individualmente e outra, a de se integrar num todo maior. Se não se autoafirma, corre o risco de desaparecer. Se não se integra num todo maior, corta a fonte de energia, se enfraquece e pode também desaparecer. Importa equilibrar estas duas tendências. Caso contrário, caímos no individualismo mais feroz – a autoafirmação – ou no coletivismo mais homogeneizador – a integração no todo.

Por isso temos sempre de ir e vir das partes para o todo, dos objetos para as redes, das estruturas para os processos, das posições para as relações.

A natureza é, pois, sempre cocriativa, coparticipativa, ligada e religada a tudo e a todos e principalmente à Fonte Originária de onde se originam todos os seres.

4. DESDE O COMEÇO ESTÁ PRESENTE O FIM

O fim já está presente no começo. Quando os primeiros elementos materiais depois do big bang começaram a se constituir e a vibrar juntos, aí já se anunciava um fim: o surgimento do universo uno e diverso, ordenado e caótico, o aparecimento da vida e o irromper da consciência.

Tudo se moveu e se interconectou para dar início à gestação de um céu futuro que começou já aqui embaixo, como uma sementinha, foi crescendo, crescendo, até acabar de nascer na consumação dos tempos. Esse céu, desde o começo, é o próprio universo e a humanidade chegados à sua plenitude e consumação.

Não há céu sem Terra, nem Terra sem céu.

Se assim é, então, ao invés de falarmos em fim do mundo, deveríamos falar em um futuro do mundo, da Terra e da Humanidade, que então serão o céu de todos e de tudo.



Leonardo Boff – Ecólogo. Filósofo.



UNIVERSO FEMININO

Pintura: divulgação

AMATERASU: A DEUSA DO SOL E DO UNIVERSO

Iêda Vilas-Bôas, Reinaldo Filho Vilas Boas Bueno



Nossa deusa de outubro chega de ostentada em seu quimono, suas joias preciosas, tamanquinhos típicos do Sol Nascente, muita cerimônia e seus ritos e imensurável beleza, muita polidez e sorriso meigo no rosto. Amaterasu vem do Oriente, do Japão.

A história e a mitologia japonesa remontam há mais de 2.000 anos, incluindo um grande número de deuses, deusas e espíritos. Para a mitologia japonesa, tudo na natureza tem um *kami*, uma divindade ou espírito que habita aquele corpo; a forma-energia-espiritual. O *kami* também descreve os espíritos de entes queridos falecidos ou espíritos de animais. O panteão mitológico e de deidades japonesas é muito significativo e numeroso. Segundo a mitologia, existem oito milhões de *kami* (八百万). Essa escrita japonesa representa um número tradicionalmente usado para expressar o infinito no Japão.

Dentre essa infinidade de seres, destacamos a Deusa Amaterasu – a deusa do Sol e do universo. Considerada por muitos a mais importante dos deuses xintoístas. O imperador foi considerado como descendente direto de Amaterasu, durante o período do Xintoísmo do Estado, de 1868 a 1945.

A principal missão da Deusa Amaterasu é trazer luz ao mundo, assim como o Sol, sua regência, e abençoar a fertilidade. Seu santuário em Ise é o mais importante do Japão.

Amaterasu, Amaterasu-ōmikami ou Ōhirume-no-muchi-no-kami é uma importante parte do círculo mitológico do Oriente. Ela é a deusa do Sol, mas também do universo. Seu nome é derivado de Amateru que significa “que brilha no céu”. O sentido do seu nome completo, Amaterasu-ōmikami, é “a Grande Deusa Augusta que ilumina o céu”.

Amaterasu aparece empunhando um disco solar. Conta-se que Amaterasu vivia em uma gruta, em companhia de seus criados, que lhes teciam cotidianamente um quimono da cor do tempo. Todos os dias de manhã, ela saía para iluminar a Terra. Até o dia em que seu irmão, Susano (deus do mar e da tempestade), em acesso de fúria destruiu campos de arroz. Outra versão descreve a ira de Deus, após uma negociação fracassada para retardar uma disputa entre os três irmãos de Amaterasu. Susano, infeliz com o feito, arremessou um cavalo celestial morto sobre os teares das criadas tecelãs. Esse feito amedrontou as tecelãs e uma delas morreu. A deusa Amaterasu não gostou e, irritada, escondeu-se em sua caverna celestial, e a luz sumiu para todo o sempre deste mundo. Amaterasu foi para a caverna, se recolhendo em luto pela morte da tecelã.

Com essa atitude, o mundo congelou e os campos apodreceram. O pânico tomou conta e foi semeado na terra e atingiu até o céu, onde ficavam os deuses. A escuridão tomou conta de tudo.

Os deuses, temendo a escuridão eterna, organizaram uma festa em frente a caverna de Amaterasu. O deus da inteligência, Omoikane, pediu a todos que comparecessem ao redor da caverna e colocassem um espelho apontando para a entrada. Pediram a Uzume, a mais engraçada das deusas, que os distraísse diante da gruta fechada em que Amaterasu estava amuada. Uzume não usou de meios termos: pôs-se a dançar de forma provocante, exibindo suas partes íntimas com caretas irresistíveis.

Estava tão divertida que os deuses caíram na gargalhada... Curiosa, Amaterasu não aguentou: entreabriu a pedra que fechava a gruta, ela viu a deusa dançando e fazendo caretas e soltou sua primeira saborosa e iluminada gargalhada, e os deuses lhe direcionaram um espelho onde ela viu uma mulher esplêndida. Surpresa, ela se adiantou. Então, os deuses agarraram-na e Amaterasu saiu para sempre de sua caverna celestial. O mundo estava salvo.

O simbólico em Amaterasu é a essência da luz. Sem a luz o mundo se converte em plena escuridão; ela é viver, é a possibilidade da vida. Ela é a deidade japonesa que vela sobre os homens e os enche de benefícios, responsável por iluminar o mundo e assegurar a fertilidade dos campos de arroz. Amaterasu ou Ama, como é carinhosamente chamada, é membro da realeza divina, filha do deus primordial supremo, que, segundo a mitologia do povo do Sol Nascente, é o criador do Japão.

A deusa, irmã do deus da tempestade “Susano”, e do deus da lua “Tsukuyomi”, vive em Takamagahara (morada de todos os *kami* “deuses”). Juntos, Mihashira-no-uzu-no-miko “Os três filhos nobres”, estão no comando dos céus.

Como uma deusa do Sol, Amaterasu ilumina o mundo a cada dia e garante o crescimento exuberante dos campos de arroz. Ela é também considerada uma hábil tecelã celestial. Afirma-se que os Imperadores japoneses são seus descendentes diretos.

A luz que é emitida pela *kami* é fundamental para a ordem e harmonia no reino celestial e no mundo nosso, dos mortais.

Para cuidar de seus enormes e exuberantes campos de arroz, Amaterasu sempre utilizava sementes fornecidas por Uke-mochi, a deusa dos alimentos. Certo dia, pediu para que seu irmão Tsukuyomi, o deus da Lua, verificasse suas plantações e o trabalho de Uke-mochi. Sabendo da visita do deus, Uke-mochi resolveu preparar um imenso banquete: vomitou arroz cozido (felicidade em abundância), peixes e moluscos (sabedoria em abundância) e algas (alegria em abundância).

Tsukuyomi não gostou nada do modo “criativo” que Uke-mochi preparou a refeição, e – enojado – matou a deusa. A morte de Uke-mochi perturbou Amaterasu fazendo-a rotular Tsukuyomi como um deus mau e se dividiram, separando assim, o dia da noite.

O xintoísmo tem muitas Vertentes. Hoje, no Japão, não é mais considerado uma religião e sim uma Filosofia de vida, porém ainda existem muitos templos xintoístas e muitos japoneses ainda praticam como uma religião. Porém isso não impede o culto a Amaterasu em outras egrégoras, pois a magia é livre para o culto às divindades que mais agradarem. Claro sempre com respeito a sua origem de culto.

Na magia, o espelho solar, se consagrado a Amaterasu, é ótimo para prosperidade e beleza, rituais para seu sol interior, para ativar o seu brilhar pessoal sob a regência dessa magnífica deusa.

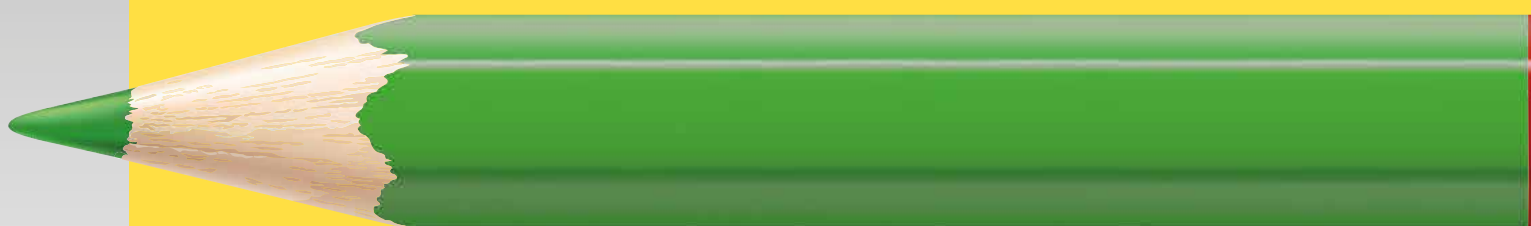


Iêda Vilas-Bôas –
Escritora.



Reinaldo Filho Vilas Boas
Bueno – Escritor.

REGULAMENTA



O FUNDEB PERMANENTE É UMA CONQUISTA
QUE PRECISA SER IMEDIATAMENTE
REGULAMENTADA PARA GARANTIR O INÍCIO
DE SUA VIGÊNCIA EM JANEIRO DE 2021.

Fundeb!



VAMOS DEFENDER TODAS AS VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS
PARA A EDUCAÇÃO, O PISO NACIONAL PARA OS PROFISSIONAIS
DA EDUCAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DO CUSTO ALUNO
QUALIDADE (CAQU), PONTOS CENTRAIS EM TORNO DO
DEBATE DA LEI DE REGULAMENTAÇÃO DO FUNDEB.



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br





XAPURI

CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VEN COM A GENTE!

**REVISTA
IMPRESSA**

ANUAL

R\$ **210**,00
12 EDIÇÕES

BIANUAL

R\$ **270**,00
24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ!

WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

